

REVISEA

REVISTA SERGIPANA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A natureza como espaço educador: uma análise da obra *A última criança na natureza* e suas contribuições à Educação Ambiental

Nature as an educational space: an analysis of the work *The Last Child in the Woods* and its contributions to Environmental Education

La naturaleza como espacio educador: un análisis de la obra *La última niña en la naturaleza* y sus contribuciones a la Educación Ambiental

Angelica da Silva SANTOS¹

Luciene Amaral da SILVA²

Maria Lenilda Caetano FRANÇA³

Submetido em: 13/05/2026

Aceito em: 01/09/2026

Publicado em: 09/10/2026

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as contribuições da obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv, para a Educação Ambiental, com ênfase na valorização da natureza como espaço formativo, à luz da perspectiva da Educação Ambiental Crítica. Busca-se compreender de que modo as ideias apresentadas pelo autor podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas que favoreçam a aproximação entre crianças, natureza e processos educativos. Trata-se de uma

¹ Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

² Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

³ Universidade Federal de Alagoas - UFAL.



pesquisa bibliográfica qualitativa com análise temática. O processo de análise foi organizado mediante fichamento temático e sistematização dos conteúdos relacionados à experiência com a natureza, à formação humana e à sensibilização ambiental. Os resultados evidenciam que o contato sistemático e significativo com a natureza pode favorecer o sentimento de pertencimento, a sensibilização para as questões ambientais e a construção de práticas pedagógicas que ampliem as experiências educativas para além dos espaços escolares convencionais. Nesse sentido, a obra analisada apresenta contribuições para pensar a natureza como espaço educador e como elemento constitutivo de práticas de Educação Ambiental comprometidas com uma formação crítica e com a construção de relações mais responsáveis entre sociedade e ambiente.

Palavras-chave: Consciência ecológica; Educação ambiental; Infância; Práticas pedagógicas; Sensibilização.

ABSTRACT

The study aims to analyze the contributions of Richard Louv's work *Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder* to Environmental Education, with an emphasis on valuing nature as a formative space from the perspective of Critical Environmental Education. It seeks to understand how the ideas presented by the author can contribute to the development of pedagogical practices that foster greater engagement between children, nature, and educational processes. This is a qualitative bibliographic study employing thematic analysis. The analytical process was organized through thematic note-taking and the systematization of content related to experiences with nature, human development, and environmental awareness. The findings indicate that systematic and meaningful contact with nature can foster a sense of belonging, raise awareness of environmental issues, and support the development of pedagogical practices that expand educational experiences beyond conventional school settings. In this sense, the work analyzed contributes to understanding nature as an educational space and as a constitutive element of Environmental Education practices committed to critical formation and the development of more responsible relationships between society and the environment.

Keywords: Ecological awareness; Environmental education; Childhood; Pedagogical practices; Awareness.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo analizar las contribuciones de la obra *El último niño en los bosques*, de Richard Louv, a la Educación Ambiental, con énfasis en la valoración de la naturaleza como espacio formativo, desde la perspectiva de la Educación Ambiental Crítica. Se busca comprender de qué manera las ideas



presentadas por el autor pueden contribuir a la construcción de prácticas pedagógicas que favorezcan el acercamiento entre los niños, la naturaleza y los procesos educativos. Se trata de una investigación bibliográfica cualitativa con análisis temático. El proceso de análisis se organizó mediante la elaboración de fichas temáticas y la sistematización de los contenidos relacionados con la experiencia con la naturaleza, la formación humana y la sensibilización ambiental. Los resultados evidencian que el contacto sistemático y significativo con la naturaleza puede favorecer el sentimiento de pertenencia, la sensibilización ante las cuestiones ambientales y la construcción de prácticas pedagógicas que amplíen las experiencias educativas más allá de los espacios escolares convencionales. En este sentido, la obra analizada aporta elementos para comprender la naturaleza como espacio educativo y como elemento constitutivo de prácticas de Educación Ambiental comprometidas con una formación crítica y con la construcción de relaciones más responsables entre la sociedad y el ambiente.

Palabras clave: Conciencia ecológica; Educación Ambiental; Infancia; Prácticas pedagógicas; Sensibilización ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação Ambiental (EA) tem se consolidado como um campo fundamental para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente as relações estabelecidas entre sociedade e natureza. No Brasil, esse campo encontra respaldo na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999), e compreende a Educação Ambiental como um processo permanente de construção de valores, conhecimentos, atitudes e competências voltados à conservação do meio ambiente e à qualidade de vida. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental ultrapassa a abordagem restrita a conteúdos como poluição, reciclagem e preservação, envolvendo dimensões éticas, sociais, culturais e políticas da relação sociedade-natureza.

Entre as diferentes concepções que constituem o campo da Educação Ambiental, destaca-se a Educação Ambiental Crítica (EAC), por compreender os problemas ambientais em sua relação com os processos históricos, sociais, econômicos e culturais. Essa perspectiva busca contribuir para a formação de



sujeitos capazes não apenas de reconhecer os problemas socioambientais, mas também de refletir sobre suas causas e participar da transformação das realidades em que estão inseridos (Reigota, 2017; Guimarães, 2016). Nessa direção, a experiência educativa não se limita à transmissão de conhecimentos sobre o ambiente, mas envolve a construção de vínculos, valores, sentidos de pertencimento e formas de participação social.

Essa discussão adquire particular relevância quando relacionada à infância. O aumento da urbanização, a redução de espaços naturais acessíveis e a intensificação do uso de tecnologias digitais têm contribuído para modificar as formas pelas quais as crianças vivenciam os espaços externos e estabelecem contato com a natureza (Louv, 2018; Nobre *et al.*, 2021; Vale *et al.*, 2024; Santos *et al.*, 2025). O problema, portanto, não se restringe à diminuição do tempo de permanência em ambientes naturais, mas envolve a redução de oportunidades de exploração, brincadeira, experimentação e construção de significados a partir da relação direta com o mundo natural.

É nesse contexto que se insere a obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv, publicada originalmente em 2005⁴. A obra problematiza o progressivo afastamento das crianças dos ambientes naturais e seus possíveis impactos sobre diferentes dimensões da vida infantil. Para caracterizar esse fenômeno, Louv utiliza a expressão “Transtorno do Déficit de Natureza”, deixando explícito que não se trata de uma categoria diagnóstica reconhecida pela medicina ou pela psicologia, mas de uma formulação utilizada pelo autor para nomear um conjunto de consequências associadas à redução das experiências infantis em contato com a natureza (Louv, 2018).

A formulação de Louv constitui uma importante provocação para pensar a infância contemporânea, sobretudo ao questionar as condições sociais que têm restringido as experiências das crianças em ambientes naturais. Ao discutir o

⁴ A versão que foi utilizada pelo estudo, foi a versão brasileira de 2018.



avanço da urbanização, o aumento do tempo destinado às atividades mediadas por tecnologias e a percepção da natureza como espaço de risco, o autor problematiza práticas de proteção que, embora possam estar associadas ao cuidado, também podem contribuir para limitar a autonomia, a exploração e a experiência direta das crianças com o ambiente natural (Louv, 2018).

A contribuição de Louv, entretanto, não deve ser compreendida apenas como uma defesa genérica do “contato com a natureza”. Sua obra permite problematizar quais experiências estão sendo perdidas quando a infância se desenvolve predominantemente em ambientes fechados e quais possibilidades educativas podem emergir quando a natureza é compreendida como espaço de experiência, descoberta e formação. Nesse sentido, o argumento central da obra desloca a discussão de uma perspectiva exclusivamente preservacionista para uma reflexão sobre a própria organização dos modos de vida contemporâneos e suas implicações para a infância.

Essa problematização dialoga com estudos que evidenciam a importância das experiências em ambientes naturais para o desenvolvimento infantil. Pesquisas apontam relações entre o contato com a natureza, o bem-estar, a atenção, a regulação emocional e a construção de atitudes favoráveis ao ambiente (Kaplan, 1989, 1993, 1995; Alves, 2011; Chang *et al.*, 2020). Schultz *et al.* (2004), por sua vez, compreendem a conexão com a natureza como uma percepção de vínculo entre indivíduo e ambiente natural, aspecto relacionado à construção de atitudes e comportamentos ambientais.

No campo da infância e da educação, essa discussão também encontra aproximações com a proposta de “desemparedamento da infância”, desenvolvida por Tiriba (2005; 2018), que questiona a centralidade dos espaços fechados e defende a ampliação das experiências infantis em ambientes externos. Barros (2018), nessa mesma direção, chama atenção não apenas para as barreiras físicas que afastam as crianças da natureza, mas também para os limites



simbólicos construídos por discursos que associam os ambientes naturais predominantemente ao perigo. Essas contribuições permitem compreender que aproximar crianças e natureza implica repensar os próprios espaços, tempos e concepções que orientam as práticas educativas.

A relação entre experiência com a natureza e formação ambiental também pode ser compreendida a partir do conceito de sujeito ecológico. Para Carvalho (2004), o sujeito ecológico constitui uma identidade associada a valores, atitudes e formas de relação com o ambiente orientadas por princípios de sustentabilidade. Nessa perspectiva, reconhecer-se como parte da natureza constitui uma dimensão importante da formação ambiental, uma vez que o pertencimento pode favorecer a construção de relações de cuidado e responsabilidade. Assim, a experiência concreta com o ambiente pode assumir relevância não apenas como estratégia pedagógica, mas como possibilidade de construção de sentidos e vínculos com o mundo.

Essa perspectiva é particularmente importante para a Educação Ambiental Crítica, uma vez que a aproximação com a natureza não deve ser reduzida à realização de atividades ao ar livre ou à transmissão de comportamentos considerados ambientalmente adequados. Trata-se de criar condições para que as crianças possam experienciar, questionar e compreender as relações estabelecidas entre seres humanos, sociedade e ambiente, reconhecendo-se como parte de uma realidade socioambiental mais ampla (Reigota, 2017; Guimarães, 2016). Desse modo, a natureza pode ser compreendida não apenas como objeto de estudo ou recurso didático, mas como espaço de experiência e formação.

Embora a discussão sobre infância e natureza tenha ganhado espaço nas pesquisas educacionais, permanece relevante aprofundar a compreensão de como obras que problematizam o afastamento das crianças dos ambientes naturais podem contribuir especificamente para a Educação Ambiental. Nesse sentido, a



obra de Richard Louv apresenta-se como objeto pertinente de análise por articular infância, natureza, desenvolvimento, modos de vida contemporâneos e educação. Sua escolha como objeto deste estudo justifica-se, portanto, pela possibilidade de sistematizar e discutir, a partir de suas proposições, elementos que permitam compreender a natureza como espaço educador e suas implicações para práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

A relevância dessa análise torna-se ainda mais evidente diante das dificuldades de inserção da Educação Ambiental no cotidiano escolar. Embora a legislação brasileira estabeleça sua presença no processo educativo, sua abordagem pode ocorrer de forma fragmentada e pontual, especialmente quando permanece restrita a atividades isoladas de preservação ou à transmissão de conteúdos ambientais. Oliveira *et al.* (2021) destacam limitações na forma como a Educação Ambiental aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), o que evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que atribuam maior centralidade às experiências e às questões socioambientais. Nesse cenário, ampliar os espaços educativos para além da sala de aula constitui uma possibilidade de ressignificar a relação entre educação, infância e natureza.

A natureza, nesse sentido, pode constituir um espaço educador na medida em que possibilita experiências sensoriais, exploração, interação, brincadeira e construção de conhecimentos a partir da relação direta com o ambiente. A presença do ambiente como espaço de integração dos processos de aprendizagem pode favorecer a sensibilização e a construção de ações voltadas à transformação das relações socioambientais (Motta *et al.*, 2025). Entretanto, para que essa aproximação não se limite a uma perspectiva instrumental da natureza, torna-se necessário articulá-la aos princípios da Educação Ambiental Crítica, considerando as dimensões sociais, culturais, políticas e éticas que atravessam a relação sociedade-natureza.



Diante desse contexto, este estudo parte da compreensão de que a discussão proposta por Louv pode oferecer elementos para repensar as experiências educativas na infância e a própria função da natureza nos processos de formação ambiental. A análise da obra permite questionar não apenas por que as crianças estão cada vez mais afastadas dos ambientes naturais, mas também quais possibilidades educativas são produzidas quando esse afastamento é problematizado e quando a natureza passa a ser reconhecida como parte constitutiva dos processos formativos.

Assim, a problemática que orienta esta pesquisa é: como as ideias presentes na obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv, podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas em Educação Ambiental, considerando a natureza como espaço educador e a perspectiva da Educação Ambiental Crítica?

Partindo dessa problemática, o estudo tem como objetivo analisar as contribuições da obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv, para a Educação Ambiental, com ênfase na valorização da natureza como espaço formativo, à luz da perspectiva da Educação Ambiental Crítica. Busca-se, especificamente, identificar e discutir os principais temas presentes na obra relacionados à experiência infantil com a natureza e refletir sobre suas possíveis contribuições para práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, com análise temática da obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv (2018). A abordagem qualitativa mostra-se adequada aos objetivos do estudo por possibilitar a interpretação dos sentidos, argumentos e relações construídos pelo autor acerca da infância, da natureza e dos processos formativos, considerando-os em seu contexto e em articulação com o referencial teórico da Educação Ambiental Crítica (Denzin; Lincoln, 2006).



Quanto ao delineamento, a pesquisa é bibliográfica, uma vez que tem como fonte principal uma obra publicada e utiliza produções acadêmicas para fundamentar e interpretar a discussão proposta. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Neste estudo, a obra *A última criança na natureza* constitui o material bibliográfico central e o *corpus* principal da análise, enquanto as demais produções acadêmicas são utilizadas como suporte teórico para a discussão dos achados.

Para a análise do material, adotou-se a análise temática, compreendida como um procedimento de identificação, organização e interpretação de padrões de significado presentes em um conjunto de dados (Braun; Clarke, 2016). Nesse processo, a unidade de análise foi constituída por excertos da obra que apresentavam relação direta com o problema e os objetivos da pesquisa, especialmente aqueles relacionados à experiência infantil com a natureza, ao afastamento dos ambientes naturais e às suas implicações para o desenvolvimento e para os processos educativos.

O processo de análise foi realizado em duas etapas de leitura. Inicialmente, foi realizada uma leitura integral da obra, com o objetivo de obter uma compreensão geral de seu conteúdo, estrutura e argumentos centrais. Em seguida, foi realizada uma segunda leitura, de caráter analítico, destinada à identificação e seleção dos trechos relacionados ao objeto de estudo. Durante essa etapa, os excertos considerados pertinentes foram registrados e organizados em fichamentos temáticos, contendo a referência ao trecho, a síntese de seu conteúdo e uma anotação analítica elaborada pela pesquisadora.

Como instrumento auxiliar de organização da leitura, foi elaborada uma ficha descritiva da obra. Essa ficha não corresponde às categorias analíticas finais da pesquisa, mas constituiu um instrumento de sistematização das informações bibliográficas e dos aspectos gerais da obra. Foram registrados elementos como



título, autoria, ano de publicação, características da obra, objetivos apresentados pelo autor, temas abordados e possíveis contribuições para a Educação Ambiental. A utilização da ficha teve como finalidade garantir maior organização e rastreabilidade durante o processo de leitura e análise.

É importante distinguir, portanto, as categorias utilizadas na ficha descritiva das categorias analíticas construídas no decorrer da pesquisa. As primeiras foram estabelecidas previamente, com a finalidade de orientar a organização inicial do material. Já as categorias analíticas foram construídas de forma emergente, a partir da leitura e da interpretação dos excertos selecionados, não sendo definidas previamente pela ficha descritiva.

A constituição do *corpus* ocorreu mediante a seleção intencional de trechos da obra que apresentassem pertinência direta com o problema e os objetivos da pesquisa. Foram considerados: (i) trechos relacionados à relação entre infância e natureza; (ii) argumentos centrais de Louv sobre o afastamento das crianças dos ambientes naturais; (iii) conteúdos que possibilitassem articulação com a Educação Ambiental; e (iv) trechos que apresentassem elementos relacionados às dimensões formativas, sociais, emocionais, cognitivas ou educativas da experiência com a natureza. Foram excluídos trechos exclusivamente descritivos ou aqueles que não apresentassem relação significativa com o objeto investigado. A seleção e a análise do material foram realizadas pela pesquisadora, considerando os objetivos previamente estabelecidos para o estudo.

Após a seleção dos excertos, iniciou-se o processo de codificação. Cada trecho foi associado a palavras ou expressões que sintetizassem seu sentido central, constituindo códigos iniciais. Esses códigos foram comparados entre si e agrupados conforme aproximações de significado, recorrência e relação com o problema de pesquisa. Quando um excerto apresentava relação com mais de um sentido temático, sua interpretação considerou a articulação entre os diferentes

aspectos identificados, evitando a fragmentação do argumento apresentado pelo autor.

A partir desse processo de codificação e agrupamento, foram construídas três categorias temáticas emergentes: *Contato com a natureza*; *Natureza e saúde*; e *Natureza e brincadeira*. Essas categorias não foram estabelecidas a priori, mas resultaram da identificação de padrões de sentido recorrentes durante a análise da obra. Posteriormente, os temas foram refinados e interpretados à luz do referencial da Educação Ambiental Crítica e das demais produções acadêmicas mobilizadas no estudo.

A categoria *Contato com a natureza* reúne os excertos que abordam a aproximação direta das crianças com ambientes naturais, incluindo experiências de exploração, descoberta, interação e construção de vínculos com o ambiente. A categoria *Natureza e saúde* contempla os trechos que relacionam as experiências com a natureza a aspectos do desenvolvimento, do bem-estar e das dimensões físicas, emocionais e cognitivas da infância. Por sua vez, a categoria *Natureza e brincadeira* reúne os conteúdos relacionados às experiências lúdicas, à exploração espontânea, à criatividade e à autonomia proporcionadas pelo contato das crianças com ambientes naturais.

O agrupamento dos códigos nessas categorias possibilitou identificar convergências e relações entre diferentes argumentos apresentados por Louv, bem como discutir suas implicações para os processos educativos. Após a definição dos temas, realizou-se uma etapa de revisão das categorias, verificando sua coerência interna, sua relação com os excertos selecionados e sua pertinência diante do problema e dos objetivos da pesquisa.

Por fim, os resultados da análise temática foram colocados em diálogo com produções acadêmicas relacionadas à infância, natureza, desenvolvimento humano e Educação Ambiental Crítica. Essa articulação não teve a finalidade de constituir um segundo *corpus* de análise, mas de oferecer sustentação teórica para



a interpretação dos temas identificados na obra de Louv. Desse modo, buscou-se ultrapassar a descrição do conteúdo do livro, discutindo suas contribuições e seus limites para a compreensão da natureza como espaço educador e para a construção de práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv (2018), foi organizada inicialmente por meio de uma ficha descritiva, utilizada para sistematizar informações relativas à autoria, ao objetivo da obra, aos principais temas abordados, às contribuições apresentadas pelo autor e às possibilidades de articulação com a Educação Ambiental. A sistematização apresentada no Quadro 1 permitiu identificar que a obra articula diferentes dimensões do afastamento das crianças da natureza, relacionando-o ao desenvolvimento infantil, à saúde, à urbanização, às formas contemporâneas de brincar e às condições de acesso aos espaços naturais.

Quadro 1 – Ficha descritiva da obra

Elemento	Descrição/ Análise
Título	A última criança na natureza
Autor	Richard Louv
Ano de Publicação	2005 (edição em português: 2018)
Tipo de documento	Livro
Objetivo do Autor	Alertar para o impacto negativo que a falta de contato com a natureza causa no desenvolvimento físico, emocional e cognitivo das crianças.
Temas Centrais	Déficit de natureza, desenvolvimento infantil, saúde mental, urbanização, educação ambiental, reconexão com o meio ambiente.
Metodologia do Autor	Revisão de estudos, entrevistas com especialistas, relatos de pais, professores e crianças.
Público-Alvo	Pais, educadores, formuladores de políticas públicas, profissionais de saúde, sociedade em geral.
Principais Contribuições	- Conceituação do "transtorno do déficit de natureza"; - Relação entre contato com a natureza e bem-estar; - Propostas para reconectar crianças com o meio natural.



Relevância para o Estudo	Oferece base teórica e sensibilização para práticas de educação ambiental e políticas públicas que promovam o contato com a natureza.
Potenciais Aplicações	Projetos pedagógicos, planejamento urbano, programas de saúde, formação de professores, políticas de lazer e meio ambiente.
Conclusão Geral	O livro reforça a importância urgente de reintegrar as crianças ao ambiente natural, contribuindo para seu desenvolvimento integral e para a construção de uma sociedade mais sustentável e saudável.

Fonte: Elaboração das autoras (2026).

A leitura integral da obra e a posterior leitura analítica possibilitaram a seleção de excertos relacionados diretamente ao problema e aos objetivos da pesquisa. A partir desse material, foram identificados padrões de sentido que deram origem às categorias temáticas analisadas. Assim, as categorias não foram estabelecidas previamente pela ficha descritiva, mas construídas no decorrer do processo de análise temática, a partir da recorrência e da articulação dos sentidos presentes nos trechos selecionados.

Desse processo emergiram três categorias: *Contato com a natureza*; *Natureza e saúde*; e *Natureza e brincadeira*. Embora apresentadas separadamente para fins de análise, as categorias mantêm relação entre si e permitem compreender o afastamento da natureza na infância como um fenômeno que envolve simultaneamente experiências corporais, afetivas, sociais, educativas e ambientais. O Quadro 2 apresenta os principais excertos que sustentaram essa categorização.

Quadro 2 - Categorias temáticas emergentes da análise da obra

Categoria emergente	Subtema	Excerto
Contato com a natureza	Déficit de natureza	As crianças estão se tornando cada vez mais distantes do mundo natural (p. 35).
	Onde estão todas as tomadas elétricas	Gosto mais de brincar dentro de casa, porque é onde estão todas as tomadas elétricas (p. 32).



	Restrições de acesso	O governo público também restringe o acesso das crianças à natureza” e “o desaparecimento do espaço aberto acessível aumenta a pressão sobre os poucos lugares naturais que restam (p. 51).
	Escassez de áreas naturais acessíveis para as crianças	O desaparecimento do espaço aberto acessível aumenta a pressão sobre os poucos lugares naturais que restam (p. 51).
Natureza e saúde	Sedentarismo infantil e falta de brincadeiras ao ar livre	Nós nos tornamos uma sociedade mais sedentária. Quando eu era criança em Detroit, estávamos sempre ao ar livre. As crianças que ficavam dentro de casa eram as estranhas. [...] (p. 32).
	Restrição da exploração e contato com ambientes naturais	Meus pais não se sentem realmente seguros se eu for muito fundo na floresta, disse um menino (p. 35).
	Relação entre sedentarismo infantil e impactos na saúde mental	[...] que uma infância sedentária e fechada está ligada a problemas de saúde mental (p.54).
Natureza e Brincadeira	A Criminalização da Brincadeira Natural	[...] De alguma forma”, diz Rick, “aquela casa na árvore agora era um risco de incêndio. Ou a 'barragem' pode causar inundações severas (p.50).
	Brincadeira livre e autonomia	Os planejadores lutaram para ter grandes espaços abertos para as crianças brincarem e parques para cada bairro (p.50).
	Perda das experiências lúdicas em ambientes naturais	Ao contrário de onde morávamos antes, as crianças realmente corriam nas árvores, construíam fortes e brincavam com a imaginação (p. 50).
	Desvalorização e restrição das brincadeiras tradicionais	Dizemos aos nossos filhos que as formas tradicionais de brincar ao ar livre são contra as regras (p. 57).
	Restrição da liberdade infantil nas brincadeiras ao ar livre	Lorie acha tudo isso muito estúpido, limitando suas oportunidades de ser “livre e não ter que estar limpa e agir como garotas que têm medo de um arranhão ou lama o tempo todo (p. 57).

Fonte: Elaboração das autoras a partir de Louv (2018).



A partir das categorias identificadas, a análise buscou ultrapassar a descrição dos argumentos apresentados por Louv, colocando-os em diálogo com a literatura da Educação Ambiental, especialmente com a perspectiva crítica. O objetivo foi compreender não apenas o que a obra afirma sobre a relação entre infância e natureza, mas quais sentidos essas proposições assumem quando relacionadas à formação ambiental, ao pertencimento e à construção de práticas pedagógicas.

3.1 Contato com a natureza

A primeira categoria, *Contato com a natureza*, foi constituída a partir de excertos que apresentavam diferentes formas de afastamento das crianças dos ambientes naturais. Entre os elementos recorrentes estavam a redução das experiências ao ar livre, a preocupação dos adultos com os riscos existentes nos espaços naturais, as restrições de acesso a áreas abertas e a substituição de experiências externas por atividades realizadas em ambientes fechados. Um dos trechos selecionados sintetiza essa problemática ao afirmar que “as crianças estão se tornando cada vez mais distantes do mundo natural” (Louv, 2018, p. 35).

Mais do que apontar uma mudança nos hábitos infantis, esse argumento permite compreender o afastamento da natureza como resultado de diferentes condições sociais que organizam a experiência da infância. Na obra analisada, Louv relaciona esse processo ao avanço tecnológico, às transformações urbanas e, especialmente, à percepção dos ambientes externos como espaços potencialmente perigosos. A preocupação com a segurança aparece, portanto, como uma dimensão importante da problemática, uma vez que pode restringir as possibilidades de exploração e autonomia das crianças.

Essa interpretação aproxima-se da discussão de Barros (2018) acerca das barreiras físicas e simbólicas que dificultam o contato infantil com a natureza. Entretanto, é necessário ampliar a análise: o acesso aos ambientes naturais não

depende apenas das escolhas individuais das famílias. Condições urbanas, disponibilidade de áreas verdes, infraestrutura dos espaços públicos e políticas de organização das cidades também interferem nas possibilidades concretas de vivência da natureza. O próprio Louv chama atenção para as restrições relacionadas ao acesso aos espaços naturais e para a diminuição de áreas abertas disponíveis às crianças (Louv, 2018).

Essa dimensão é particularmente importante quando se estabelece um diálogo com a Educação Ambiental Crítica. Se a aproximação com a natureza for compreendida apenas como uma decisão familiar, por exemplo, “permitir ou não que a criança brinque fora de casa”, corre-se o risco de individualizar uma questão que também possui dimensões sociais e políticas. A perspectiva crítica permite deslocar a discussão para as condições que produzem ou restringem o acesso aos ambientes naturais e para a forma como os espaços urbanos e escolares são organizados.

Nesse sentido, os achados da categoria indicam que promover o contato com a natureza não significa simplesmente aumentar o tempo das crianças em ambientes externos. Significa criar condições para que essas experiências sejam acessíveis, significativas e pedagogicamente orientadas para a construção de vínculos com o ambiente. Essa compreensão aproxima-se de Carvalho (2004), para quem a formação do sujeito ecológico envolve a construção de valores e modos de relação com o ambiente, e de Narcizo (2009), ao defender experiências educativas capazes de favorecer o sentimento de pertencimento e cuidado.

O pertencimento, portanto, pode ser compreendido como uma dimensão importante da relação entre infância e natureza. Dutra *et al.* (2023) destacam que esse sentimento é construído de forma dinâmica e está relacionado às experiências e relações estabelecidas pelos sujeitos com os espaços em que vivem:

O processo de formação da sensação de pertencimento ao meio ambiente é algo dinâmico que pode ser constituído a partir de associações a



necessidades humanas ou a aspectos da vida, como as relações sociais, históricas e de luta de classes (Dutra *et al.*, 2023, p. 115).

Os autores também apontam a necessidade de ampliar a compreensão sobre como esse pertencimento se constitui, especialmente em relação aos espaços verdes urbanos. A partir dessa interlocução, a contribuição da obra de Louv para a Educação Ambiental não está apenas em defender que as crianças tenham mais contato com a natureza. Sua contribuição está em tornar visíveis as condições que vêm restringindo essa experiência e em provocar uma reflexão sobre a necessidade de reconstruir os vínculos entre infância, espaço e natureza. Nesse sentido, a escola pode assumir papel relevante, desde que não trate o ambiente natural apenas como recurso didático, mas como espaço de experiência, investigação e construção de pertencimento.

Assim, práticas como aulas em espaços externos, observação da fauna e da flora, hortas escolares, trilhas e projetos de cuidado com áreas verdes podem constituir possibilidades pedagógicas. Contudo, sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, tais práticas precisam estar articuladas à problematização das condições sociais, culturais e políticas que determinam quem possui acesso à natureza, onde esse acesso ocorre e quais relações de poder interferem na organização dos espaços.

3.2 Natureza e saúde

A segunda categoria, *Natureza e saúde*, reuniu os excertos nos quais Louv relaciona a redução das experiências ao ar livre ao sedentarismo e a diferentes dimensões do bem-estar infantil. Entre os trechos selecionados, o autor afirma que a sociedade se tornou mais sedentária e relaciona a permanência prolongada em espaços fechados a problemas de saúde mental (Louv, 2018, p. 32; p. 54).



A análise desses excertos indica que, para Louv, a natureza não ocupa apenas uma função recreativa. As experiências ao ar livre são apresentadas como possibilidades de movimento, exploração, interação e envolvimento sensorial, aspectos que se relacionam ao desenvolvimento infantil. Essa compreensão aproxima-se dos estudos citados por Kaplan (1989, 1993, 1995), Alves (2011) e Chang *et al.* (2020), que discutem diferentes relações entre experiências em ambientes naturais, atenção, bem-estar e desenvolvimento.

Entretanto, a aproximação entre natureza e saúde exige cautela. A análise da obra permite identificar que Louv estabelece relações entre o afastamento dos ambientes naturais e determinados problemas associados ao estilo de vida contemporâneo, mas isso não significa afirmar que o contato com a natureza, isoladamente, seja capaz de prevenir ou tratar problemas de saúde. A contribuição da obra está, sobretudo, em problematizar a redução das oportunidades de movimento, exploração e experiência sensorial na infância.

Essa distinção é importante para a Educação Ambiental. Quando a natureza é defendida exclusivamente pelos benefícios que proporciona à saúde humana, corre-se o risco de reproduzir uma visão instrumental, na qual o ambiente é valorizado principalmente por sua utilidade para as pessoas. A Educação Ambiental Crítica permite ampliar essa compreensão, reconhecendo que a relação com a natureza envolve também dimensões éticas, sociais, culturais e políticas.

Nesse sentido, a discussão proposta por Carvalho (2004) sobre a formação do sujeito ecológico contribui para deslocar a relação natureza-saúde de uma perspectiva exclusivamente utilitária. O cuidado ambiental pode ser compreendido como parte de uma forma mais ampla de relação com o mundo, na qual o sujeito reconhece sua inserção no ambiente e desenvolve valores associados ao cuidado e à responsabilidade.

A literatura brasileira também reforça a relevância das experiências infantis em ambientes naturais. A Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), por exemplo,



reúne evidências acerca da importância do brincar na natureza durante a infância e a adolescência. Esse diálogo permite compreender que as experiências ao ar livre podem reunir dimensões corporais, emocionais, cognitivas e sociais. Entretanto, sua inserção no campo educacional não deve transformar a natureza em simples instrumento terapêutico ou promotor de saúde.

A contribuição da obra de Louv, portanto, amplia-se quando seus argumentos são interpretados criticamente: a questão não é apenas demonstrar que estar na natureza “faz bem”, mas problematizar por que determinadas formas de organização social e urbana têm reduzido as oportunidades de as crianças viverem experiências corporais e sensoriais em ambientes naturais. Essa mudança de foco aproxima a discussão da Educação Ambiental Crítica, pois desloca a análise do benefício individual para as condições coletivas que produzem determinadas formas de viver a infância.

3.3 Natureza e Brincadeira

A terceira categoria, *Natureza e brincadeira*, foi constituída a partir de excertos que evidenciam mudanças nas possibilidades de brincar em ambientes naturais. Os trechos selecionados apresentam situações nas quais brincadeiras anteriormente consideradas comuns passam a ser interpretadas como perigosas, como ocorre no relato sobre a casa na árvore e a construção de uma “represa” (Louv, 2018, p. 50).

A partir desses excertos, identifica-se na obra uma crítica ao processo de crescente controle das experiências infantis. O problema apresentado por Louv não está na existência de cuidados ou limites, mas na transformação do risco em justificativa para restringir sistematicamente experiências de exploração, movimento e autonomia. A natureza, nesse contexto, deixa de ser compreendida



como espaço legítimo de brincadeira e passa a ser frequentemente representada como ambiente que precisa ser controlado.

Essa discussão aproxima-se da perspectiva de Barros (2018), ao abordar as barreiras simbólicas que restringem a experiência infantil com a natureza. A questão ultrapassa, portanto, a existência ou não de espaços verdes: envolve as concepções de infância que orientam a maneira como adultos, instituições e políticas públicas definem o que as crianças podem fazer, onde podem brincar e quais riscos estão autorizadas a experimentar.

A análise também evidencia que a natureza apresenta características particulares para o brincar. Elementos naturais podem assumir diferentes significados e ser transformados pelas crianças em objetos de brincadeira, favorecendo processos de imaginação e criação. Kreling e Kirchner (2022, p. 74) destacam justamente essa possibilidade ao demonstrarem como elementos simples encontrados na natureza podem assumir diferentes funções nas brincadeiras infantis.

A natureza possui muitos elementos, que podem se tornar brinquedos, como, um sabugo de milho se tornar uma boneca, um galho de árvore se tornar uma espada, algumas pedras e madeiras podem se tornar carrinhos, entre diversas outras coisas.” Ou seja, a natureza oferece objetos simples que faz a imaginação das crianças flutuar e criar brinquedos e brincadeiras divertidas (p.74).

A brincadeira livre, nesse sentido, não deve ser entendida como ausência de mediação ou de cuidado adulto. Trata-se de reconhecer a criança como sujeito capaz de explorar, criar e atribuir significados aos elementos presentes no ambiente. Quando todas as experiências são previamente estruturadas ou excessivamente controladas, reduzem-se as possibilidades de iniciativa e construção autônoma da brincadeira.

Outro aspecto relevante identificado na obra diz respeito às transformações urbanas e à disponibilidade de espaços públicos destinados às crianças. Louv



recupera relatos sobre períodos em que planejadores urbanos buscavam garantir espaços abertos e parques para as comunidades, contrastando-os com a redução desses espaços em determinadas configurações urbanas contemporâneas (Louv, 2018, p. 49-50).

Esse argumento precisa ser contextualizado à realidade brasileira. O acesso à natureza não ocorre de maneira igual para todas as crianças. Crianças que vivem em diferentes territórios urbanos, periferias, áreas rurais ou regiões com maior ou menor disponibilidade de áreas verdes experimentam condições distintas de acesso aos ambientes naturais. Portanto, a defesa do contato com a natureza precisa considerar desigualdades territoriais e sociais, evitando pressupor que todas as famílias dispõem das mesmas condições para proporcionar experiências ao ar livre.

Outro elemento identificado na categoria refere-se às normas sociais que atravessam o brincar. Ao apresentar o relato de Lorie, Louv evidencia como determinadas regras e expectativas podem restringir a liberdade infantil, inclusive por meio de expectativas relacionadas ao comportamento das meninas (Louv, 2018). A análise deste trecho permite ampliar a discussão para além da oposição entre natureza e ambientes fechados, mostrando que as experiências infantis também são atravessadas por normas sociais e culturais.

Dessa forma, a categoria *Natureza e brincadeira* evidencia que o contato com o ambiente natural pode constituir uma experiência educativa porque envolve corpo, imaginação, autonomia, interação e construção de significados. Entretanto, sua efetivação depende das condições concretas de acesso aos espaços, das concepções de infância e das regras que organizam as experiências infantis.

As três categorias identificadas: *Contato com a natureza*, *Natureza e saúde* e *Natureza e brincadeira*, não constituem dimensões isoladas. Ao contrário, a análise evidencia uma relação de complementaridade entre elas. O contato com a natureza cria possibilidades de experiências sensoriais e afetivas; essas



experiências podem estar associadas ao movimento, ao bem-estar e ao desenvolvimento infantil; e o brincar constitui uma das formas pelas quais a criança explora, interpreta e atribui significado ao ambiente.

Essa articulação permite compreender que a contribuição da obra de Louv para a Educação Ambiental não se limita à defesa de que as crianças permaneçam mais tempo em ambientes naturais. O argumento central que emerge da análise é mais amplo: é necessário repensar as condições sociais, espaciais, culturais e pedagógicas que têm organizado a experiência infantil e reduzido as possibilidades de interação direta com a natureza.

Sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica, essa constatação desloca a discussão de uma perspectiva individual para uma abordagem que considera as condições coletivas de produção da relação sociedade-natureza. O afastamento da natureza não pode ser explicado exclusivamente pelo uso de tecnologias ou pelas escolhas familiares, pois também está relacionado à organização dos espaços urbanos, à disponibilidade de áreas verdes, às políticas públicas, às concepções de segurança e às próprias práticas educativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da obra *A última criança na natureza*, de Richard Louv (2018), para a Educação Ambiental, com ênfase na valorização da natureza como espaço formativo, à luz da perspectiva da Educação Ambiental Crítica. A análise temática realizada permitiu alcançar esse objetivo ao identificar e interpretar três categorias emergentes, *Contato com a natureza*, *Natureza e saúde* e *Natureza e brincadeira*, que evidenciam diferentes dimensões da relação entre infância, natureza e processos educativos.



Os resultados indicam que o afastamento das crianças dos ambientes naturais não pode ser compreendido apenas como uma mudança nos hábitos infantis ou como consequência do aumento do uso de tecnologias. A análise da obra possibilitou compreender esse fenômeno como resultado de um conjunto de fatores que envolvem formas contemporâneas de organização da infância, concepções de segurança e risco, transformações urbanas, redução das possibilidades de brincar ao ar livre e restrições de acesso aos espaços naturais. Essa compreensão amplia a discussão sobre o chamado “Transtorno do Déficit de Natureza”, utilizado por Louv como expressão para problematizar o distanciamento crescente entre crianças e a natureza.

A articulação das três categorias mostrou que o contato com a natureza não se reduz à permanência física em ambientes naturais. As experiências de exploração, brincadeira, movimento, observação e interação podem favorecer a construção de vínculos, o desenvolvimento de diferentes formas de percepção do ambiente e a produção de significados sobre os lugares vivenciados. Desse modo, a natureza pode constituir-se como espaço educador quando possibilita experiências significativas e quando essas experiências são incorporadas aos processos formativos de maneira contínua e contextualizada.

Entretanto, os achados também permitem afirmar que a natureza não se torna automaticamente um espaço educativo apenas pela presença das crianças em ambientes naturais. Para que essa função seja efetivamente construída, são necessárias condições de acesso, tempo, segurança, liberdade de exploração, mediação pedagógica e continuidade das experiências. Além disso, é necessário considerar que essas condições não estão igualmente disponíveis para todas as crianças, uma vez que o acesso aos espaços naturais é atravessado por desigualdades sociais, territoriais e urbanas.

Essa constatação constitui um dos principais pontos de aproximação entre a análise da obra de Louv e a Educação Ambiental Crítica. A partir dessa



perspectiva, aproximar as crianças da natureza não significa apenas promover experiências que produzam bem-estar ou estimulem comportamentos de cuidado ambiental. Significa também problematizar as condições sociais, culturais e políticas que interferem na relação sociedade-natureza e que determinam as possibilidades de acesso, permanência e participação nos espaços naturais.

Nesse sentido, a principal contribuição científica deste estudo consiste em sistematizar e interpretar as contribuições da obra de Louv para a Educação Ambiental a partir de categorias temáticas que articulam contato com a natureza, saúde e brincadeira, relacionando-as aos pressupostos da Educação Ambiental Crítica. Essa análise permite avançar de uma leitura centrada apenas nos benefícios individuais do contato com a natureza para uma compreensão da natureza como espaço de experiência, pertencimento e formação, cuja utilização educativa precisa considerar as condições concretas em que as crianças vivem.

A análise também evidencia que a obra possui potencial para subsidiar discussões e práticas pedagógicas, embora não apresente um conjunto sistematizado de propostas didáticas. Sua contribuição encontra-se principalmente na problematização do afastamento da natureza e na defesa da ampliação das oportunidades de experiências infantis ao ar livre. Cabe, portanto, aos educadores contextualizar essas reflexões às características de cada escola, território e comunidade, construindo práticas que não reduzam a natureza a um recurso didático, mas que a reconheçam como espaço de investigação, experiência e formação.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer os limites da obra analisada. Por ter sido produzida a partir de experiências e referências predominantemente relacionadas ao contexto norte-americano, suas proposições não podem ser transpostas diretamente para a realidade brasileira. As desigualdades territoriais, as diferentes formas de ocupação urbana, as condições de acesso às áreas verdes e as especificidades socioculturais brasileiras exigem que as contribuições



de Louv sejam reinterpretadas e contextualizadas. Assim, a obra constitui uma importante referência para a problematização do afastamento da natureza, mas não oferece, isoladamente, respostas para a complexidade da realidade brasileira.

Dessa forma, o estudo não defende simplesmente a ampliação do contato das crianças com a natureza, mas propõe compreendê-lo como uma questão educativa, social e ambiental. A aproximação entre infância e natureza pode contribuir para experiências de pertencimento, exploração, brincadeira e sensibilização, desde que inserida em processos educativos que reconheçam as crianças como sujeitos ativos e considerem as condições concretas de acesso aos espaços naturais.

Conclui-se, portanto, que *A última criança na natureza* apresenta contribuições relevantes para a Educação Ambiental Crítica ao provocar uma reflexão sobre o modo como as sociedades contemporâneas têm organizado a experiência infantil e restringido suas possibilidades de interação com o mundo natural. A partir da análise realizada, compreende-se que reconhecer a natureza como espaço educador implica não apenas levar as crianças para fora da sala de aula, mas repensar as formas de ensinar, aprender, brincar e estabelecer relações com os ambientes em que se vive.

Como possibilidade para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a investigação para estudos empíricos que analisem experiências concretas de aproximação entre crianças e natureza em escolas brasileiras, considerando diferentes contextos territoriais e sociais. Também se mostra relevante investigar como professores, crianças e comunidades percebem a natureza como espaço educador e quais condições favorecem ou dificultam a implementação de práticas de Educação Ambiental Crítica em ambientes naturais.



REFERÊNCIAS

- ALVES, S. M. Ambientes restauradores. *In*: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- BARROS, M. I. A. **Desemparedamento da infância: a escola como lugar de encontro com a natureza**. Rio de Janeiro: Criança e Natureza, 2018.
- BRASIL. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. (Des)conceitualizando temas, análise temática e outros problemas com a ferramenta de tamanho de amostra de Fugard e Potts (2015) para análise temática. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 19, n. 6, p. 739-743, 2016. Disponível em: Taylor & Francis Online. Acesso em: 26 jun. 2025.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHANG, C. C. *et al.* Social media, nature, and life satisfaction: global evidence of the biophilia hypothesis. **Scientific Reports**, v. 10, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-60902-w>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.; GIARDINA, M. D. Disciplinando a pesquisa qualitativa. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 19, n. 6, p. 769-782, 2006. Disponível em: Taylor & Francis Online. Acesso em: 20 jun. 2025.
- DUTRA, C. A. F. *et al.* O desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao meio ambiente: estado da arte. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 56, p. 102-120, 2023. Disponível em: UFPR Periódicos. Acesso em: 30 out. 2025.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 2016.



KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **The experience of nature: a psychological perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KAPLAN, R. The role of nature in the workplace context. **Landscape and Urban Planning**, v. 26, p. 193-201, 1993. Disponível em: ScienceDirect. Acesso em: 5 fev. 2026.

KAPLAN, S. The restorative benefits of nature: toward an integrative framework. **Journal of Environmental Psychology**, v. 15, p. 169-182, 1995. Disponível em: ScienceDirect. Acesso em: 5 fev. 2026.

KRELING, B. W.; KIRCHNER, E. A. O melhor lugar para estar e brincar: a natureza. **Revista Saberes e Sabores Educacionais**, Itapiranga, v. 9, p. 67-85, 2022. Disponível em: UCEFF Revistas. Acesso em: 30 out. 2025.

LOUV, R. **A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza**. São Paulo: Aquariana, 2018.

MOTTA, A. C. *et al.* Processo de Educação Ambiental em estudos interdisciplinares prático-teóricos. **REMEA**, v. 42, n. 2, p. 176-197, 2025. Disponível em: REMEA. Acesso em: 7 out. 2025.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, 2009. Disponível em: REMEA. Acesso em: 13 jun. 2025.

NOBRE, J. N. P. *et al.* Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 1127-1136, 2021. Disponível em: SciELO. Acesso em: 13 maio 2026.

OLIVEIRA, A. D. *et al.* A Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11215. Disponível em: RevBEA. Acesso em: 13 maio 2026.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SANTOS, A. P.; SILVA, M. E. F.; OLIVEIRA, J. C. A importância do brincar ao ar livre para o desenvolvimento infantil na contemporaneidade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 20, n. 61, p. 190-206, 2024. Disponível em: UTFPR Periódicos. Acesso em: 13 maio 2026.



SCHULTZ, P. W. *et al.* Implicit connections with nature. **Journal of Environmental Psychology**, v. 24, p. 31-42, 2004. Disponível em: APA PsycNet. Acesso em: 5 fev. 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Criança e Natureza, 2019. Disponível em: Sociedade Brasileira de Pediatria. Acesso em: 11 nov. 2025.

TIRIBA, L. **Crianças, natureza e educação infantil**. 2005. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: Maxwell PUC-Rio. Acesso em: 13 maio 2026.

TIRIBA, L. **Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

VALE, N. R. F. *et al.* Tempo nos dispositivos eletrônicos e reconhecimento das expressões faciais emocionais em crianças. **Psi Unisc**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 40-61, 2024. Disponível em: Psi Unisc. Acesso em: 13 maio 2026.

